

O ANTICOMUNISMO EM AÇÃO

*A ANÁLISE DAS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS PROMOVIDAS PELO
COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS (CCC) EM RECIFE
(1969)*

PPGH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DA UNICAP



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO

P425a Pequeno, Mariana Cavalcanti.
O anticomunismo em ação: a análise das perseguições
políticas promovidas pelo Comando de Caça aos Comunistas
(CCC) em Recife (1969) / Mariana Cavalcanti Pequeno, 2023.
44 f.: il.

Originalmente apresentado como Relatório técnico de
Mestrado Profissional em História.

1. Movimentos anticomunistas - Recife - História.
2. Perseguição política - Recife - História. 3. Brasil - História,
1964-1985. I. Título.

CDU 981.341

Pollyanna Alves - CRB4/1002

Sumário

Apresentação.....	4
Linha do tempo.....	5
Pilares da ditadura militar.....	6
O que foi o CCC.....	7
Anticomunismo no Recife.....	9
Principais vítimas do CCC no Recife.....	10
Porque devemos estudar sobre a ditadura militar?.....	13
Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC).....	14
Espaços de Memória na cidade do Recife.....	15
Testemunhos e passados traumáticos.....	18
Considerações finais.....	19

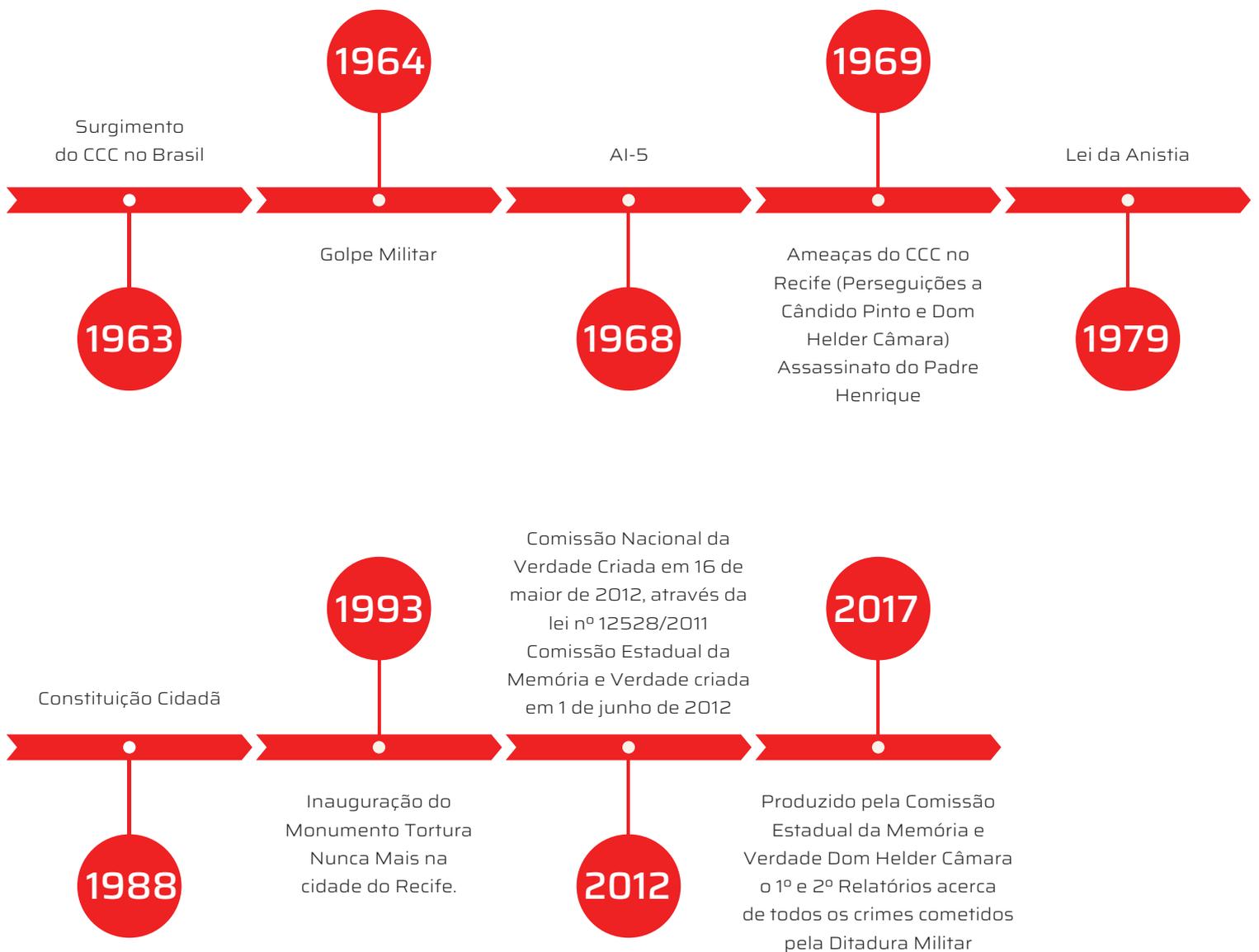
Apresentação

Esta pesquisa tem o intuito de analisar o contexto histórico e político do surgimento da organização de extrema-direita “Comando de Caça aos Comunistas” e sua ligação com a Ditadura Militar no período de 1969 na cidade do Recife.

Deste modo busca-se compreender de que forma o discurso anticomunista balizou as perseguições políticas encabeçadas no assassinato do Padre Henrique, na tentativa de assassinato do estudante Cândido Pinto de Melo e nas ameaças a Dom Helder Câmara.

A metodologia desta pesquisa possui caráter bibliográfico e documental percorrendo uma linha de raciocínio que nos leva ao fio condutor existente entre anticomunismo e seu combate através de perseguições, torturas, mortes, bombardeios, desaparecimentos, por parte das ações praticadas por esta organização na intenção de aniquilar qualquer reação manifestada contra ordem vigente.

LINHA DO TEMPO



PILARES DA DITADURA MILITAR

Cerceamento da
liberdade

Anticomunismo

Perseguição aos
Opositores

Antidemocracia



O QUE FOI O CCC?

COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS

Vários dados apontam o surgimento do grupo terrorista Comando de Caça os Comunistas, em 1963 a partir de um conjunto de indivíduos com o ideário anticomunista



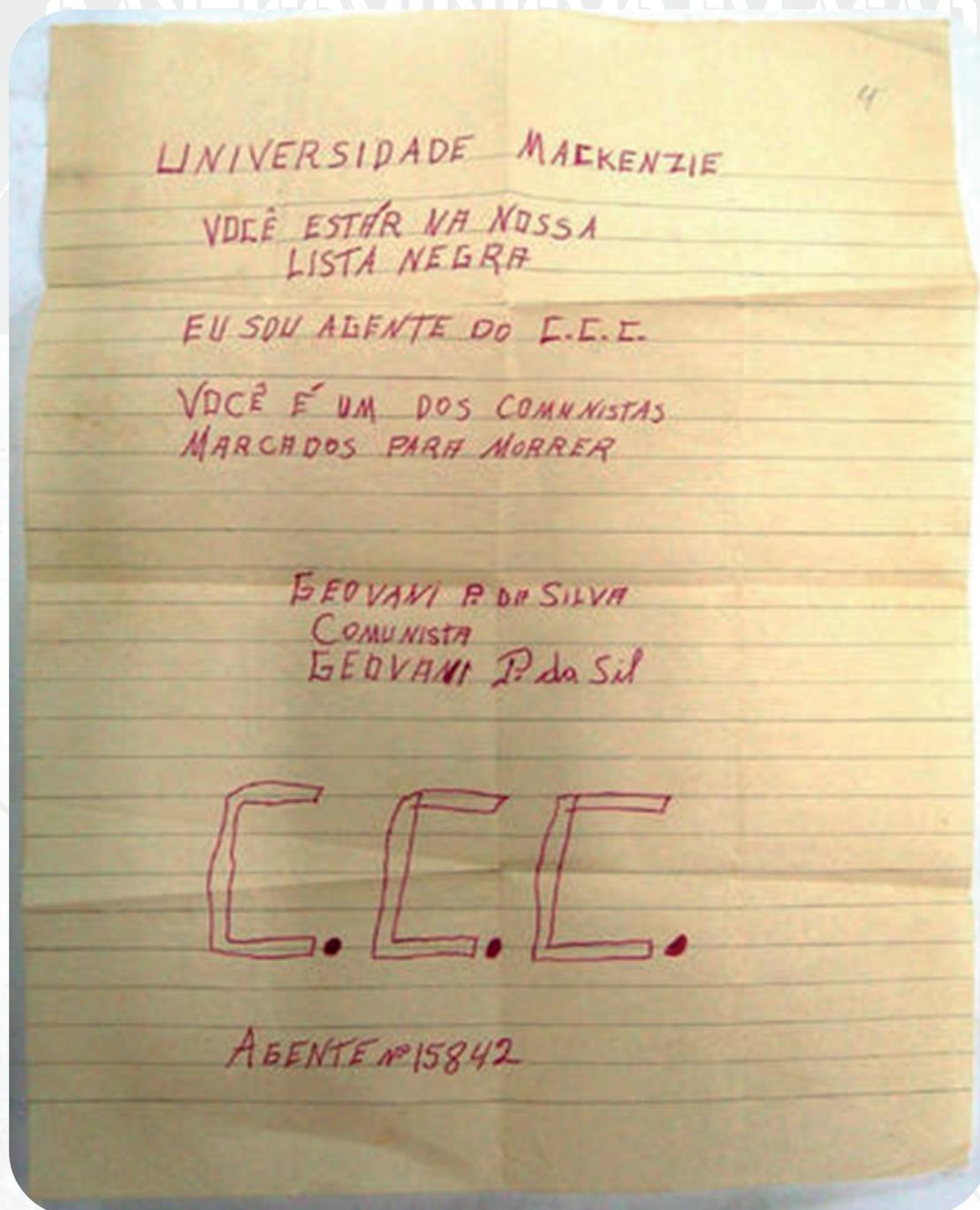
Violento e patriótico de extrema direita, tendo como membros estudante de Direito da Faculdade Mackeizenze em São Paulo. Com atuação por todo Brasil.



o CCC teve notoriedade nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco.

O QUE FOI O CCC?

COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE)

ANTICOMUNISMO NO RECIFE

Como parte do arcabouço da repressão, a Ditadura Militar Recife perseguiu as mais variadas instituições e pessoas ligadas a preceitos democráticos. Trabalhadores sindicalizados nas áreas urbanas e rurais, músicos, estudantes, entidades partidárias, Igreja Católica, Padres, etc., ou seja, pessoas que exerciam e expressavam seus direitos a partir de formas individuais ou coletivas. Como exemplo deste panorama de grupos de extremistas, temos o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) como um dos grupos paramilitares mais truculentos em vigência na época.



Fonte: Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, 2017

PRINCIPAIS VÍTIMAS DO CCC NO RECIFE

Cândido Pinto de Melo tinha 22 anos de idade, estudava engenharia no Recife e era presidente da UEP - União dos Estudantes de Pernambuco, entidade cassada pela ditadura e reestruturada pelo movimento estudantil em eleições diretas. No dia 28 de abril de 1969, nas imediações da Ponte da Torre, sob a mira de um atirador mascarado, foi intimado a entrar num carro. Reagiu e salvou a vida. Um disparo do bandido lhe seccionou a medula abaixo do peito. Depois do ocorrido, passou 33 anos vivendo numa cadeira de rodas até a sua morte.



Cândido Pinto de Melo. Fonte: <https://cmvj-pernambuco.blogspot.com/2015/05/candido-pinto-de-melo-presente.html>

PRINCIPAIS VÍTIMAS DO CCC NO RECIFE



Padre Antônio Henrique Pereira Neto. Fonte:
<https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/antonio-henriquepereira-neto-padre-henrique/>

O caso do Padre Henrique, nos ajuda a compreender a complexidade da atuação das forças de repressão no Brasil aliados a grupos de extrema direita anticomunista. Como exemplo deste panorama de grupos de extremistas, temos o CCC (Comando de Caça aos Comunistas) como um dos grupos paramilitares mais truculentos em vigência na época. Neste contexto, a figura do Padre Henrique causa alarde nos aparelhos de vigilância devido a sua amizade, confiança e carinho nutrido com Dom Hélder Câmara, principalmente por ser um professor destacado e Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife. O seu assassinato no dia 27/05/1969 nos faz compreendermos a grande articulação com organismos internacionais ligados ao capital financeiro que financiava estas ações com o intuito de propagar o terror e a violência como forma de “aviso” aos opositores do golpe.

PRINCIPAIS VÍTIMAS DO CCC NO RECIFE



Dom Helder Câmara. Fonte:
<https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/domhelder-camara/>
Por o contexto de vigilância e terror instaurado após o

Pelo o contexto de vigilância e terror instaurado após o golpe de 1964, a figura de Dom Hélder Câmara apresentava “ameaça” aqueles que queriam a manutenção da Ditadura Militar. Porém, assassinar o grande líder religioso católico de Pernambuco não iria ajudar na imagem que os golpistas militares gostariam de apresentar para a sociedade. Para isso, eles precisavam atingir Dom Hélder de outra forma e com uma tática que o atingisse indiretamente. Devido a relação de amizade existente entre Dom Hélder e o Padre Henrique, este último aparece como alternativa viável para atingir o sacerdote. Um dia antes ao atentado ao estudante Cândido Pinto, o CCC havia disparando também contra a residência de Dom Hélder, aos gritos de “Viva o CCC”.

PORQUE DEVEMOS ESTUDAR SOBRE A DITADURA MILITAR?

A cidadania brasileira inscrita num país de preceitos democráticos, requer participação popular na tomada de decisões cruciais para os rumos da consolidação da Democracia no país. Nesta circunstancia, a cidadania necessita da participação de todos os sujeitos que comportam a nação. A noção de solidariedade e garantia da cultura democrática está vinculada a defesa dos direitos humanos e contra qualquer tipo de violência e opressão. Portanto, é de extrema importância de cada brasileiro possa exercer sua cidadania plena sob a democratização, incluindo a defesa dos direitos humanos e contra o autoritarismo.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE DOM HELDER CÂMARA (CEMVDHC)



A criação de dispositivos ancorados no direito à memória e verdade, constitui um pleno exercício democrático de apurar através de portarias, atos administrativos, fotografias, documentações, etc., no intuito de garantir o direito da memória e verdade infringidas pelas medidas violentas da Ditadura Militar. Esta comissão atua para o esclarecimento das mortes, desaparecimentos, prisões políticas e perseguições através da violência do aparato estatal. Desta forma, encontra-se uma importante política de memória na garantia dos direitos a justiça, a memória e a verdade, assumindo papel fundamental na construção de espaços que envolvam processos de acesso a população pernambucana das mais variadas formas de crimes durante o golpe militar de 1964. Como resultado dos trabalhos e investigações, a CEMVDHC produziu dois relatórios sobre todo o acervo encontrado, comprovando as violências cometidas pela Ditadura Militar, lançado em 2017.

Acesso a documentações produzidas:

www.comissaodaverdade.pe.gov.br

e

www.cepedocumento.com.br

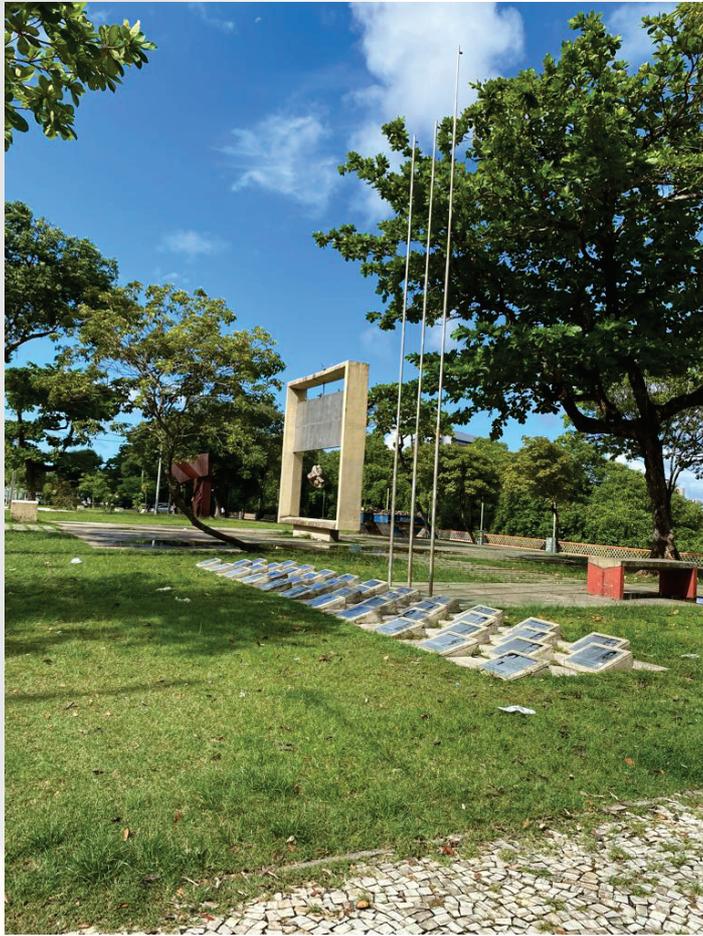
ESPAÇOS DE MEMÓRIA NA CIDADE DO RECIFE

Conhecer a dinâmica da história das cidades, compreende-se a partir da construção de afetos. A territorialidade constrói as identidades que os sujeitos ocupam na dinâmica de sua cidade.

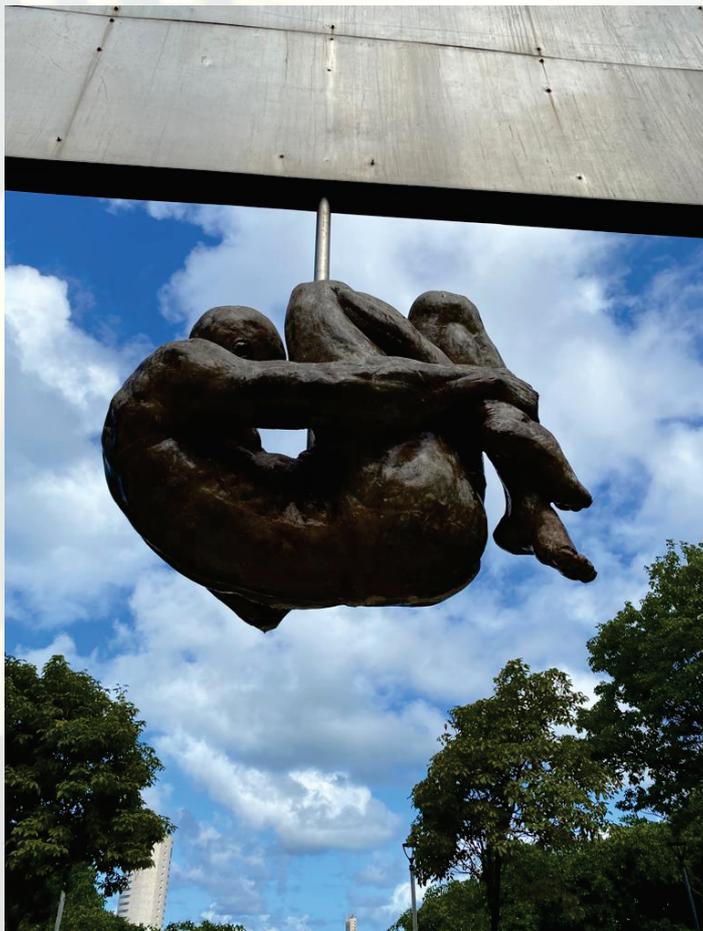
De acordo com as pesquisas realizadas pela Comissão Estadual de Memória e Verdade Dom Helder Câmara (CEMVDHC), no estado de Pernambuco há 51 mortes e desaparecimentos de cunho político tutelado pelos militares durante a Ditadura Militar.

A criação de dispositivos de acesso a memória e resistência facilita o acesso à informação numa perspectiva dos direitos humanos. Na cidade do Recife, os espaços de memórias das violações e crimes cometidos durante este período, oferecem um importante debate sobre a história de pernambucanos que lutavam pela democracia.

Na cidade do Recife, no ano de 1993, foi construído o primeiro monumento de memória aos mortos e desaparecidos políticos. Este monumento representa a dor vivida pelas vítimas das violências nas prisões e perseguições. Com o nome de “Monumento Tortura Nunca Mais” localizado na Praça Padre Henrique, na Rua da Aurora, bairro da Boa vista, no centro do Recife. Neste local, há fotos das 51 pessoas mortas e desaparecidas pela violência, autoritarismo e repressão. A configuração do ambiente ajuda a compreensão da realidade vivida durante a Ditadura Militar.



Praça Padre Henrique, Recife.



Monumento Tortura Nunca Mais localizado na Praça Padre Henrique, Recife.

Em outros bairros da cidade encontramos dispositivos de memória e resistência, divulgando os horrores produzidos naquele período. No bairro de São José, está localizada a Casa da Cultura, antiga Casa de Detenção do Recife, aparelho que servia para a execução de prisões e torturas. No bairro de Casa Amarela funciona do Memorial da Democracia de Pernambuco - Fernando Vasconcellos Coelho, inaugurado em 2022, apresenta a memória dos sujeitos que lutavam pela democracia, acesso à educação e justiça.



Memorial da Democracia de Pernambuco, Recife.

TESTEMUNHOS E PASSADOS TRAUMÁTICOS

O conhecimento e discussão sobre a memória e os testemunhos de pessoas que vivenciaram um período de trauma são fundamentais para o não esquecimento de todas as formas de violências. A implementação de políticas públicas no Brasil, sempre encontrava entrave nos interesses da classe dominante em apagar ao máximo sua participação na Ditadura Militar, resultando assim, numa política de esquecimento para dificultar o uso da memória e escancarar as graves violações aos direitos humanos. Na historiografia as memórias darão viabilidade para a consolidação de dispositivos encarregados de romper com o esquecimento seletivo, rompendo com o não dito, trazendo a tona eventos traumáticos através das graves violações dos direitos humanos a partir do terrorismo de Estado e negacionismo ideológico. Como forma de reparação e viabilização dos atores sociais brutalmente assassinados e presos por tal Ditadura, a Criação da Comissão da Verdade, aprovada pela Lei 12528/2011 e instaurada em 16 de Maio de 2012 através do Governo Dilma Rousseff, abriu o leque para a viabilidade das graves violações ocorridas em todos os estados do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico em que se insere o Brasil, assim como outros países da América Latina, revela a expansão do aparato burocrático das forças militares, com o intuito de eliminar todas as formas de alianças construídas entre grupos que manifestavam luta contra estes setores que detinham o controle sobre as arbitrariedades impostas pelo regime militar. Através das informações usadas como recurso imprescindível no monitoramento de grupos vistos como “perigosos para sociedade”, o aparato militar praticou a ampliação dos órgãos de segurança para o recolhimento e vigilância a respeito das informações que circulavam, para então, controlar os possíveis aglutinamentos de grupos vistos como “subversivos”. De acordo com estudos produzidos, a informação caracteriza a preconcepção de uma subversão na figura de um inimigo, obrigando a uma reação por parte institucional de controle e vigilância aos que se posicionam contrários a ordem vigente.

PPGH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA DA UNICAP



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE PERNAMBUCO

Autora:

Mariana Cavalcanti Pequeno

CRIMES